



NOTA PÚBLICA DA UIJLP

Sobre Editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, Brasil

A UNIÃO INTERNACIONAL DE JUÍZES DE LÍNGUA PORTUGUESA (UIJLP), entidade que congrega as associações nacionais dos juizes de **Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste**, vem a público manifestar-se a respeito do editorial intitulado “Judiciário insaciável”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 13 de abril de 2026.

A **UIJLP** reafirma, desde logo, seu compromisso inarredável com a **liberdade de imprensa**, por ser essencial ao Estado Democrático de Direito, bem como com o **direito à crítica pública** às instituições e aos seus integrantes. Tais garantias, contudo, pressupõem o exercício responsável da atividade jornalística, especialmente quando se trata de análise de temas complexos, sensíveis e estruturais do funcionamento do Poder Judiciário.

O editorial em referência adota generalizações amplas e conclusões categóricas que, ao desconsiderarem a diversidade institucional, normativa e funcional da magistratura, terminam por **atingir indistintamente os juizes e as suas entidades representativas**, comprometendo a qualidade do debate público e a correta compreensão, pela sociedade, do papel constitucional do Judiciário.

A **UIJLP** destaca que o **associativismo judicial** constitui elemento essencial para a preservação da **independência judicial**, da **imparcialidade**, da **integridade** e da **transparência** do sistema de justiça, conforme expressamente reconhecido no Compromisso Ético da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa, aprovado em Assembleia Geral da UIJLP. As associações de magistrados exercem função legítima e necessária de representação institucional, defesa do Estado de Direito, promoção da formação contínua, estímulo à ética judicial e fortalecimento das condições democráticas de exercício da jurisdição.

O associativismo judicial não se confunde com corporativismo nem com práticas indevidas. Ao contrário, trata-se de instrumento de **mediação institucional**, de

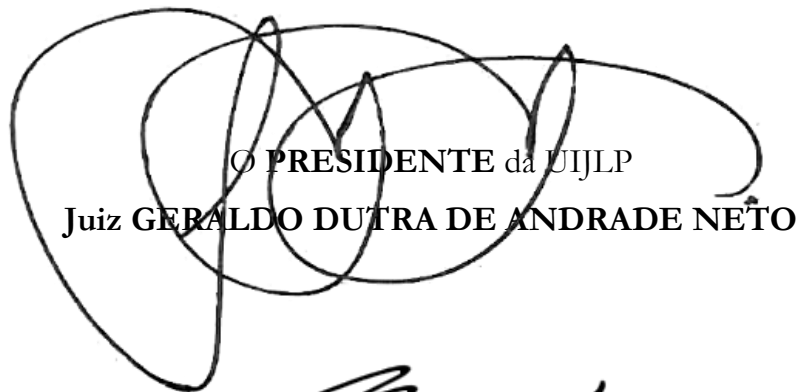


diálogo republicano e de **responsabilização**, que contribui para o aprimoramento da justiça, para a construção de soluções transparentes e para a proteção das garantias fundamentais dos cidadãos.

O debate público sobre remuneração, organização institucional, eficiência administrativa e controle do Judiciário é legítimo. Todavia, esse debate deve ser travado com **base em dados verificáveis, análise técnica rigorosa e respeito às instituições**, evitando-se narrativas simplificadoras ou acusações difusas que não contribuem para soluções estruturais e duradouras.

A UNIÃO INTERNACIONAL DE JUÍZES DE LÍNGUA PORTUGUESA (UIJLP) reitera sua disposição permanente para o diálogo institucional sério, transparente e responsável, colocando-se à disposição para contribuir com reflexões qualificadas que fortaleçam o Estado Democrático de Direito, a legitimidade do Poder Judiciário e a confiança da sociedade na justiça.

Lisboa, 14 de abril de 2026.



O PRESIDENTE da UIJLP
Juiz GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO



O SECRETÁRIO EXECUTIVO da UIJLP
Juiz PEDRO MIGUEL VIEIRA